

**Expresso**

28-01-2017

**Periodicidade:** Semanal**Classe:** Informação Geral**Âmbito:** Nacional**Tiragem:** 131300**Temática:** Justiça**Dimensão:** 2110 cm<sup>2</sup>**Imagem:** S/Cor**Página (s):** 1/18

## Ex-líder do Montepio suspeito de receber 1,5 milhões de euros

➔ **Tomás Correia** terá recebido dinheiro do construtor civil **José Guilherme** ➔ MP detetou movimentações suspeitas em **offshores na Suíça** ➔ Ex-banqueiro nega transferências “de qualquer cliente” P18

SOCIEDADE CASO MONTEPIO/BES



Entre 2008 e 2015, Tomás Correia foi presidente da Caixa Económica Montepio Geral  
FOTO LUIS BARRA

UM HOMEM DA CAIXA

**1945**  
António Tomás Correia nasceu no seio de uma família pobre de agricultores e cresceu em Moscavide, às portas de Lisboa

**1970**  
Foi na década de 70, embora o ano exato não apareça nos seus currículos publicados, que completou o curso de Direito na Faculdade de Direito de Lisboa sempre a trabalhar. Segundo um perfil publicado pelo jornal "Sol", chegou a ser bate-chapas de automóveis. Depois, ainda nos anos 70, entrou na Caixa Geral de Depósitos (CGD), onde começou por baixo

**1996**  
Entrou para a administração da CGD, onde se manteve até 2003. A partir dessa altura, teve experiências como administrador de outros bancos fora de Portugal: Banco Itaú e Banco Bandeirantes (de que foi *chairman*), no Brasil; Em Espanha, no Banco Luso Espanhol (de que foi *chairman*), Banco da Estremadura e Banco Siemón

**2004**  
Foi convidado para administrador da Caixa Económica Montepio Geral. Entre 2004 e 2013 foi, dentro do banco, o diretor responsável pela direção de risco

**2008**  
Com a saída para a reforma de Silva Lopes, torna-se presidente do conselho de administração do Montepio Geral

**2013**  
Passou a acumular o cargo de *chairman* com o de presidente executivo do banco

**2015**  
Foi forçado a sair do banco devido à degradação dos resultados da instituição, mas no final do ano foi reeleito presidente da associação mutualista que é acionista do Montepio

**2016**  
Foi acusado, juntamente com um ex-administrador, pelo Banco de Portugal por falhas no controlo interno do Montepio das regras de prevenção de branqueamento de capitais. Esta situação foi comunicada ao Ministério Público, que abriu um inquérito-crime

**Investigação** José Guilherme transferiu dinheiro para ex-presidente do Montepio na Suíça, depois de o banco ter aprovado um empréstimo a um fundo de investimento imobiliário fechado

# Tomás Correia suspeito de receber €1,5 milhões

MICAEL PEREIRA

Foi por suspeitas de ter recebido €1,5 milhões de José Guilherme, o construtor civil da Amadora que ficou famoso por ter dado 14 milhões de dólares ao banqueiro Ricardo Salgado, que António Tomás Correia, presidente da Caixa Económica Montepio Geral, entre 2008 e 2015, foi implicado num novo inquérito-crime do DCIAP sobre burla qualificada, abuso de confiança, branqueamento de capitais, fraude fiscal e — segundo um comunicado oficial — “eventualmente corrupção”. O Ministério Público (MP) acredita que o dinheiro alegadamente entregue ao ex-presidente do Montepio pelo empresário poderá estar relacionado com um financiamento obtido junto daquele banco e do BES, no valor de €74 milhões, para a compra e a urbanização do Marconi Parque, uma área de 50 hectares de terrenos localizados na Serra de Alfragide, detrás do hipermercado Continente da Amadora.

Em causa estão várias transferências feitas a partir de contas do banco suízo UBS tituladas por duas *offshores* cujos beneficiários finais são José Guilherme e o seu filho, Paulo Guilherme, e que tiveram como destino uma outra conta também aberta naquele banco. Trata-se de uma conta numérica, um tipo de conta bancária que não tem um nome titular associado mas apenas um número e que é cedida

e utilizada através de um código que só o beneficiário conhece. As transferências ocorreram entre o verão de 2006 e o início de 2007, pouco tempo depois de, em dezembro de 2005, os 50 hectares do Marconi Parque terem sido comprados por um fundo de investimento imobiliário fechado, o Investfundo II, gerido por uma empresa do Grupo Espírito Santo (GES), a Gesfimo, e com contratos de financiamento estabelecidos com o Montepio e o BES, em que cada banco assumiu metade do empréstimo.

**“Nunca recebeu transferências”**

Há três semanas, quando o DCIAP fez buscas em alguns locais e constituiu Tomás Correia arguido, a Procuradoria-Geral da República divulgou uma nota em que admitia que os factos em investigação estavam “relacionados com o financiamento concedido pelo Montepio Geral e o BES a um fundo para aquisição de terrenos”, sem contudo revelar qual. Ao Expresso Tomás Correia garante, através do seu assessor de imprensa, António Cunha Vaz, que “nunca” teve “qualquer relação comercial com qualquer cliente do banco nem nunca recebeu transferências de qualquer cliente do banco em contas na Suíça”. O Expresso tentou por diversas vezes entrar em contacto com a advogada de José Guilherme, mas sem sucesso. O construtor civil da Amadora encontra-se a viver em Angola, onde tem atualmente a sua residência oficial.

Embora a Comissão do Mercado de Valores Imobiliários (CMVM) receba e

publique os relatórios anuais dos fundos imobiliários fechados, os nomes dos seus donos, isto é, dos detentores de unidades de participação, são guardados como informação confidencial e, por isso, não são publicamente conhecidos. O Expresso conseguiu, no entanto, saber quem são os donos do Investfundo II. José Guilherme é um deles, com 24% dos ativos, e ao seu lado estão outros construtores civis da Amadora: João Silvério, com 50%; Amadeu Dias, com 19%, que enquanto passaram para as suas filhas, já que o empresário faleceu em 2013; e José Agostinho Gonçalves, um engenheiro de minas que é presidente da Fundação Amadeu Dias e detém 2% do fundo. Há ainda uma posição de 5% em nome da Rioforte, *holding* não financeira do GES. João Silvério é familiar de Jorge Maria Silvério, um construtor e engenheiro civil que foi

contratado pelo Investfundo II para ser o responsável técnico da urbanização do Marconi Parque — e que também foi constituído arguido há três semanas no inquérito do DCIAP.

Tomás Correia era administrador do Montepio quando o financiamento para o Investfundo II foi aprovado. Tinha entrado em 2004 para a instituição depois de, segundo uma notícia do jornal “Público” de fevereiro desse ano, ter sido obrigado a sair da administração da CGD, juntamente com Almerindo Marques, na sequência de terem sido realizadas algumas operações avultadas de crédito no banco público, incluindo €75 milhões de financiamento ao promotor imobiliário Armando Martins, dono do grupo Fibeira, sem que esses créditos tivessem sido levados antes ao conselho de administração para serem ratificados, como era exigido pelos regulamentos internos.

As duas *offshores* de José Guilherme de onde saíram os €1,5 milhões alegadamente para o banqueiro já tinham sido identificadas no processo “Monte Branco”, o caso sobre uma teia de branqueamento de capitais e fraude fiscal qualificada que usava a loja de medalhas de um comerciante na baixa de Lisboa, Francisco Canas, para recolher e entregar malas de dinheiro vivo a clientes ricos com contas na Suíça e que queriam esconder grandes quantidades de dinheiro e poder movimentá-las à vontade dentro e fora de Portugal sem que isso fosse detetado pelas autoridades. A Perdrix Foundation e a Derinton Overseas, os nomes das duas *offshores*, estavam envolvidas

nos esquemas de compensação do senhor Canas, ou Zé das Medalhas como era tratado. Chegaram a ser detetadas transferências feitas por Canas para essas *offshores*, o que significa que havia entregas de malas de dinheiro no mesmo valor em Lisboa.

Numa das buscas realizadas no âmbito da “Operação Marques”, o inquérito sobre corrupção que tem como principal arguido o ex-primeiro-ministro, José Sócrates, foram encontrados documentos relativos às transferências dos €1,5 milhões feitas entre 2006 e 2007 em que Tomás Correia é identificado como o beneficiário da conta numérica.

As contas da Perdrix e da Derinton na UBS eram operadas por Nicolas Figueiredo, o gestor de conta também de Ricardo Salgado, e que viria a juntar-se mais tarde a outros dois gestores de clientes portugueses no banco, Michel Canals e José Pinto, para criar uma empresa de gestão de fortunas, a Akoya, tendo como acionistas Álvaro Sobrinho, na altura presidente do BES Angola, e Hélder Bataglia, ex-pivô do GES para África.

Entretanto, duas pastas do processo de loteamento do Marconi Parque — consultado pelo Expresso —, que os serviços do Departamento de Administração Urbanística da Câmara Municipal da Amadora tinham admitido terem desaparecido, afinal não desapareceram. De acordo com o esclarecimento dado esta semana, estavam mal classificadas, dando a impressão que havia documentos em falta pelo meio.

mperreira@expresso.imprensa.pt

**QUEM SÃO OS DONOS DO INVESTFUNDO II?**

Valores em percentagem

